



# INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

---

1º Trimestre de 2026

**TT26**

# Sumário

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS.....	6
COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS.....	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	16
2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS.....	16
2.1 Reapresentação dos valores do período findo em 31 de março de 2025.....	16
2.2 Declaração de Conformidade.....	19
2.3 Moeda Funcional e Base de Apresentação.....	19
2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos.....	19
2.5 Base de Mensuração.....	20
2.6 Informações financeiras intermediárias consolidadas.....	20
2.7 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).....	20
2.8 Informações por Segmento.....	20
2.9 Principais práticas contábeis.....	21
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	21
4. REVENDEDORES.....	21
5. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS.....	22
5.1 IR E CSLL A RECUPERAR.....	22
6. OUTROS CRÉDITOS.....	23
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO.....	24
7.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado.....	24
7.2 Composição dos impostos diferidos.....	25
8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS.....	26
9. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO.....	27
10. INVESTIMENTOS.....	27
11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO.....	28
12. IMOBILIZADO.....	29
13. ARRENDAMENTO.....	30
14. FOLHA DE PAGAMENTO E ESTIMADAS.....	32
15. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	32
16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS.....	33
16.1 Contingências - Possibilidade de Perda Provável.....	33
16.2 Contingências - Probabilidade de Perda Possível.....	34

16.3	Ativos Contingentes .....	35
17.	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR .....	35
18.	PASSIVO DE CONTRATO .....	35
19.	OUTRA OBRIGAÇÃO .....	36
20.	OUTROS PASSIVOS .....	36
21.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	37
21.1	Ativo financeiro Sabesp .....	37
21.2	Convênio de Operação e Manutenção entre EMAE e Pirapora.....	38
21.3	Remuneração do Pessoal Chave da Administração .....	38
22.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	38
22.1	Capital Social .....	38
22.2	Resultado por Ação - Básico e Diluído .....	39
22.3	Conciliações de dividendos e juros sobre o capital próprio .....	40
23.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	40
23.1	Conciliação da Receita Operacional Líquida.....	40
23.2	Energia Elétrica Vendida .....	40
23.3	Rendas da Prestação de Serviços.....	41
23.4	Outras Receitas.....	41
24.	CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA.....	42
24.1	Controladora.....	42
24.2	Consolidado .....	43
25.	RESULTADO FINANCEIRO.....	44
26.	SEGUROS .....	44
27.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	45
28.	GERENCIAMENTO DE RISCOS .....	45
29.	COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO .....	49
30.	ALTERAÇÕES NÃO CAIXA .....	50
31.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	50

## RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.  
São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("Companhia" ou "EMAE"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial intermediário individual e consolidado, em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como pela apresentação dessas demonstrações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Demonstrações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).



## Ênfase

### Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 4 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que indicam que os valores correspondentes de exercícios anteriores foram alterados e estão sendo reapresentados devido a alteração na forma de mensuração do contrato de concessão. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esses assuntos.

## Outros assuntos

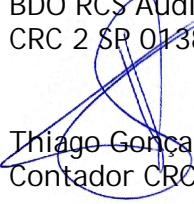
### Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado (DVA) individual e consolidada - informação suplementar

Revisamos também as Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e sua controlada, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pelas IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR), com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1

  
Thiago Gonçalves Marques  
Contador CRC 1 SP 254881/O-8

# INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

## ATIVO

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa.....	3	384.807	357.585	415.249	379.911
Revendedores.....	4	41.130	40.356	46.878	46.029
IR e CSLL a recuperar.....	5.1	43.274	37.218	42.378	36.280
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	5	5.003	8.336	5.213	8.537
Despesas antecipadas.....		8.805	7.723	8.862	7.913
Ativo financeiro - Acordo Sabesp.....	21.1	10.036	9.515	10.036	9.515
Cauções e depósitos vinculados.....	8	254	277	765	717
Outros créditos.....	6	13.919	13.173	7.006	6.391
		507.228	474.183	536.387	495.293
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Realizável a longo prazo					
IR e CSLL a recuperar.....	5.1	273.566	267.575	273.566	267.575
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	5	59.458	57.996	59.458	57.996
Ativo financeiro - Acordo Sabesp.....	21.1	109.292	106.113	109.292	106.113
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....		40.837	41.513	40.837	41.513
Cauções e depósitos vinculados.....	8	61.337	61.146	61.371	61.180
Ativo reversível da concessão.....	9	195.374	195.374	195.374	195.374
Investimentos.....	10	163.596	155.181	-	-
Propriedades para investimento.....	11	316.589	316.589	316.589	316.589
Imobilizado.....	12	72.464	74.237	207.618	209.108
Intangível.....		19.173	19.251	19.173	19.251
		1.311.686	1.294.975	1.283.278	1.274.699
<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>		<b>1.818.914</b>	<b>1.769.158</b>	<b>1.819.665</b>	<b>1.769.992</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

## PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

PASSIVO	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
<b>CIRCULANTE</b>					
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	14	29.835	28.899	29.835	28.899
Benefícios pós-emprego, previdência complementar.....	15	37.393	35.601	37.393	35.601
Fornecedores.....		34.764	27.911	35.320	28.504
Tributos e contribuições sociais.....		11.194	7.465	11.380	7.697
Arrendamento a pagar.....	13	1.239	1.017	1.239	1.017
Dividendos e juros sobre capital próprio.....		3.653	3.653	3.653	3.653
Encargos de uso da rede elétrica.....	5	170	170	170	170
Outra obrigação .....		636	636	636	636
Obrigações Especiais - RGR.....	17	1.350	1.800	1.350	1.800
Obrigações Setoriais.....		6.092	5.420	6.101	5.429
Passivo de contrato.....	18	36.882	36.882	36.882	36.882
Outros passivos.....	20	7.878	10.836	7.878	10.836
		171.086	160.290	171.837	161.124
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Exigível a longo prazo					
Arrendamento a pagar.....	13	2.921	2.964	2.921	2.964
Benefícios pós-emprego, previdência complementar.....	15	233.437	236.180	233.437	236.180
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	16.1	174.408	174.066	174.408	174.066
Outra obrigação .....	19	9.806	9.963	9.806	9.963
Passivo de contrato.....	18	605.909	590.104	605.909	590.104
Obrigações Setoriais.....		769	769	769	769
		1.027.250	1.014.046	1.027.250	1.014.046
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social.....	22.1	285.411	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital.....		230.832	230.832	230.832	230.832
Outros resultados abrangentes.....		78.579	78.579	78.579	78.579
Lucros acumulados.....		25.756	-	25.756	-
		620.578	594.822	620.578	594.822
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>		<b>1.818.914</b>	<b>1.769.158</b>	<b>1.819.665</b>	<b>1.769.992</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

# DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto lucro por ação

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		1T26	1T25	1T26	1T25
			Reapresentado		Reapresentado
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b> .....	23.1	107.487	97.844	120.627	110.198
<b>CUSTO</b> .....	24	(72.749)	(69.236)	(77.628)	(73.222)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b> .....		34.738	28.608	42.999	36.976
<b>Receitas/Despesas Operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas.....	24	(27.661)	(32.135)	(27.661)	(32.135)
Outras receitas e (despesas).....	24	(921)	(66)	(921)	(66)
Equivalência Patrimonial em controlada.....		8.415	8.808	-	-
		(20.167)	(23.393)	(28.582)	(32.201)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b> .....		14.571	5.215	14.417	4.775
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas.....	25	19.086	18.457	19.989	19.719
Despesas.....	25	(1.426)	(404)	(1.452)	(408)
Variações monetárias líquidas.....	25	2.532	2.604	2.532	2.604
		20.192	20.657	21.069	21.915
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> .....		<b>34.763</b>	<b>25.872</b>	<b>35.486</b>	<b>26.690</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Corrente.....	7.1	(8.331)	(5.154)	(9.054)	(5.972)
Diferido.....	7.1	(676)	(627)	(676)	(627)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b> .....		<b>25.756</b>	<b>20.091</b>	<b>25.756</b>	<b>20.091</b>
<b>LUCRO ATRIBUÍVEL A:</b> .....					
Acionistas controladores e não controladores.....		<b>25.756</b>	<b>20.091</b>	<b>25.756</b>	<b>20.091</b>
<b>RESULTADO BÁSICO POR:</b> .....					
Ação preferencial.....		<b>R\$ 0,72</b>	<b>R\$ 0,56</b>		
Ação ordinária.....		<b>R\$ 0,66</b>	<b>R\$ 0,51</b>		

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Controladora e Consolidado	
	1T26	1T25
		<b>Reapresentado</b>
Lucro do período .....	25.756	20.091
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado.....		
Ajuste de elementos do Passivo.....	-	-
Efeito de imposto de renda e contribuição social.....	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício.....</b>	<b>25.756</b>	<b>20.091</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período Findo Em 31 de março de 2026 E 2025 | Valores expressos em milhares de reais (R\$)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	INCENTIVOS FISCAIS	AJUSTES DE ELEMENTOS DO ATIVO	AJUSTES DE ELEMENTOS DO PASSIVO		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024 rerepresentado.....</b>	<b>285.411</b>	<b>360.676</b>	<b>3.512</b>	<b>243.517</b>	<b>(129.251)</b>	<b>-</b>	<b>763.865</b>
Lucro líquido do período.....						20.091	20.091
<b>Saldos em 31 de março de 2025 rerepresentado.....</b>	<b>285.411</b>	<b>360.676</b>	<b>3.512</b>	<b>243.517</b>	<b>(129.251)</b>	<b>20.091</b>	<b>783.956</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025.....</b>	<b>285.411</b>	<b>227.320</b>	<b>3.512</b>	<b>243.517</b>	<b>(164.938)</b>	<b>-</b>	<b>594.822</b>
Lucro líquido do período.....						25.756	25.756
<b>Saldos em 31 de março de 2026.....</b>	<b>285.411</b>	<b>227.320</b>	<b>3.512</b>	<b>243.517</b>	<b>(164.938)</b>	<b>25.756</b>	<b>620.578</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

## DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.03.25	31.03.26	31.03.25
	Reapresentado		Reapresentado	
<b>Atividades operacionais</b>				
Lucro do período.....	25.756	20.091	25.756	20.091
Resultado de equivalência patrimonial.....	(8.415)	(8.808)	-	-
Depreciação/ amortização.....	2.524	564	3.645	1.685
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	509	4.667	509	4.667
IR e CSLL.....	11.858	15.030	12.585	15.464
Juros mútuo.....	-	(137)	-	(137)
Juros remuneratórios - outros ativos financeiros.....	-	(4.955)	-	(5.481)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Revendedores.....	(774)	1.445	(849)	1.461
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	1.871	(4.149)	1.862	(4.151)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	(12.047)	(13.483)	(12.089)	(12.921)
Adiantamentos.....	-	(10.000)	-	(10.000)
Despesas antecipadas.....	(1.082)	1.930	(949)	1.887
Cauções e depósitos vinculados.....	(168)	1.675	(239)	1.675
Sabesp.....	(3.700)	(3.636)	(3.700)	(3.636)
Outros créditos.....	(746)	(252)	(615)	(616)
Folha de pagamento e estimadas.....	936	(974)	936	(974)
Benefício pós-emprego, previdência complementar.....	(951)	4.618	(951)	4.618
Fornecedores.....	6.853	1.586	6.950	1.572
Tributos e contribuições sociais.....	3.729	(277)	3.683	(727)
Arrendamento.....	179	-	179	-
Obrigações setoriais.....	672	585	672	586
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas.....	(167)	(518)	(167)	(518)
Passivo de contrato.....	15.805	25.447	15.805	25.447
Obrigações especiais - RGR.....	(450)	(450)	(450)	(450)
Outros.....	(3.115)	(2.575)	(3.249)	(2.575)
	<b>39.077</b>	<b>27.424</b>	<b>49.324</b>	<b>36.967</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(11.182)	(14.403)	(11.909)	(14.837)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>27.895</b>	<b>13.021</b>	<b>37.415</b>	<b>22.130</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Aplicações financeiras.....	-	17.090	-	17.090
Aquisição de imobilizado.....	(507)	(497)	(1.911)	(503)
Aquisição de intangível.....	(166)	(994)	(166)	(994)
Outros ativos financeiros.....	-	(63.000)	-	(73.000)
Mútuo com parte relacionada.....	-	(10.000)	-	(10.000)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(673)</b>	<b>(57.401)</b>	<b>(2.077)</b>	<b>(67.407)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Juros sobre o capital próprio e dividendos.....	-	(3)	-	(3)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes</b>	<b>27.222</b>	<b>(44.383)</b>	<b>35.338</b>	<b>(45.280)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	357.585	288.306	379.911	311.326
Caixa e equivalentes de caixa no final do período.....	384.807	243.923	415.249	266.046
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes</b>	<b>27.222</b>	<b>(44.383)</b>	<b>35.338</b>	<b>(45.280)</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

# DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Controladora		Consolidado	
	1T26	1T25	1T26	1T25
		Reapresentado		Reapresentado
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>Receitas</b>				
Receitas operacionais.....	93.193	87.808	105.995	99.616
Outras receitas.....	(921)	(66)	(921)	(66)
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa.....	(21)	-	(21)	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios e da concessão.....	26.467	21.216	26.467	21.216
	118.718	108.958	131.520	120.766
<b>Menos:</b>				
<b>Insumos</b>				
Energia de curto prazo - CCEE.....	-	-	1	-
Custo de construção dos ativos da concessão.....	20.232	16.990	20.232	16.990
GSF (Garantia física).....	-	-	599	574
Encargos de uso da rede elétrica.....	11.345	11.660	11.343	11.128
Serviços de terceiros.....	20.717	26.435	21.480	27.392
Materiais.....	975	751	1.017	770
Outros custos operacionais.....	3.010	1.113	3.372	1.402
	56.279	56.949	58.044	58.256
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO.....</b>	<b>62.439</b>	<b>52.009</b>	<b>73.476</b>	<b>62.510</b>
<b>DEPRECIAÇÃO/ AMORTIZAÇÃO.....</b>	<b>(2.523)</b>	<b>(564)</b>	<b>(3.643)</b>	<b>(1.685)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....</b>	<b>59.916</b>	<b>51.445</b>	<b>69.833</b>	<b>60.825</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Receitas financeiras.....	19.086	18.457	19.988	19.182
Equivalência Patrimonial.....	8.415	8.808	-	-
Variações monetárias líquidas.....	2.532	2.604	2.532	2.604
	30.033	29.869	22.520	21.786
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....</b>	<b>89.949</b>	<b>81.314</b>	<b>92.353</b>	<b>82.611</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>Pessoal:</b>				
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS).....	22.016	25.473	22.196	25.744
Entidade de previdência à empregados - Contribuição ao plano.....	7.810	5.243	7.810	5.243
F.G.T.S.....	1.043	2.103	1.043	2.104
	30.869	32.819	31.049	33.091
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>				
<b>Encargos setoriais:</b>				
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos.....	1.597	1.859	1.597	1.859
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	381	389	1.694	389
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	1.056	1.057	1.056	1.057
	3.034	3.305	4.347	3.305
<b>Federais:</b>				
Imposto de renda e contribuição social.....	9.007	5.781	9.236	6.033
COFINS/PIS.....	9.246	7.082	9.327	7.166
INSS.....	3.594	3.263	3.675	3.386
	21.847	16.126	22.238	16.585
<b>Municipais:</b>				
ISS.....	51	47	51	47
IPTU.....	5.778	6.599	5.778	6.599
	5.829	6.646	5.829	6.646
	30.710	26.077	32.414	26.536
<b>Remuneração de capitais de terceiros:</b>				
Juros e encargos de dívidas.....	1.426	404	1.946	970
Aluguéis.....	1.188	1.923	1.188	1.923
	2.614	2.327	3.134	2.893
Lucro do período.....	25.756	20.091	25.756	20.091
<b>TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>89.949</b>	<b>81.314</b>	<b>92.353</b>	<b>82.611</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

## COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

Período findo em 31 de março de 2026. Os comentários a seguir tomam por base as demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o disposto no art. 31 da Resolução CVM nº 80/22.

### **Destaques do Trimestre**

O primeiro trimestre de 2026 é o primeiro período integralmente apurado sob a gestão eleita em 23 de fevereiro de 2026, após a aquisição do controle acionário pela SABESP, e o primeiro subsequente ao encerramento do ciclo de revisões patrimoniais, cujas conclusões e impactos estão detalhados nas Demonstrações Financeiras de 2025.

Concluído esse ciclo, o desempenho do trimestre passa a refletir a base operacional normalizada da Companhia. A Administração pondera, contudo, que o resultado do período é influenciado pelo nível reduzido de execução de determinadas iniciativas operacionais e de investimento durante a condução da revisão patrimonial, naturalmente postergadas até a conclusão dos trabalhos. Com o avanço do plano plurianual de investimentos em fase de estruturação e a retomada gradual dessas frentes, espera-se incremento das despesas operacionais e dos desembolsos de capital nos próximos trimestres, o que deve impactar a base de comparação dos períodos subsequentes.

No portfólio de expansão, destaca-se a obtenção da Portaria SNTEP/MME nº 3.108, em março de 2026, autorizando a implantação da PCH Edgard de Souza, seguida pela emissão da Licença Ambiental de Instalação em abril. Em paralelo ao desempenho operacional, o trimestre foi marcado pelo avanço dos processos societários decorrentes da alienação de controle. A OPA para as ações ordinárias conduzida pela SABESP teve o edital divulgado em 7 de maio de 2026.

### **Receita Operacional**

A receita operacional líquida consolidada atingiu R\$ 120,6 milhões no 1T26, crescimento de 9,5% frente aos R\$ 110,2 milhões do 1T25. As receitas de construção avançaram 21,2%, para R\$ 26,5 milhões, em função do maior volume de investimentos realizados nas usinas cotistas no período, reconhecidos em contrapartida ao custo de construção nos termos da ICPC 01 – Contratos de concessão. Outras receitas somaram R\$ 14,7 milhões (+9,7%), As outras receitas somaram R\$ 14,7 milhões no 1T26, alta de 9,7%, impulsionadas pela receita de locação do terreno onde está instalada a UTE Piratininga e pela cessão da área adjacente à Usina São Paulo.

## **Custos e Despesas Operacionais**

Os custos e despesas totalizaram R\$ 105,3 milhões, queda de 0,1%. Pessoal recuou 14,2%, para R\$ 27,3 milhões, refletindo os efeitos do Plano de Desligamento Incentivado executado em 2025. Serviços de terceiros contraíram 21,5%, para R\$ 21,5 milhões. O custo de construção cresceu 19,1%, em linha com as receitas de construção. Depreciação avançou para R\$ 3,6 milhões (+116%), em razão da incorporação de novos ativos ao imobilizado reconhecidos nas revisões patrimoniais de 2025. A base de comparação do 1T25 incluía R\$ 7,4 milhões de recuperação de despesas e R\$ 4,7 milhões de provisões líquidas que não se repetiram; ajustando esse efeito, a redução real de custos recorrentes foi de 2,6%.

## **Resultado Operacional**

O resultado operacional consolidado foi de R\$ 14,4 milhões, ante R\$ 4,8 milhões no 1T25, com margem operacional de 12,0% sobre a ROL (vs. 4,3% no 1T25).

## **Resultado Financeiro e Lucro do Período**

O resultado financeiro foi de R\$ 21,1 milhões, ante R\$ 21,9 milhões no 1T25. A composição da linha foi marcada por dois efeitos de sentidos opostos: a ausência, no 1T26, da receita de atualização de ativos financeiros de R\$ 5,1 milhões reconhecida no 1T25, parcialmente compensada pelo reconhecimento de R\$ 6,1 milhões referentes à atualização pela SELIC de créditos tributários de IRPJ e CSLL identificados em exercícios anteriores, conforme Nota 5.1. As receitas de aplicações financeiras (R\$ 13,5 milhões) e a atualização do ativo financeiro Sabesp permaneceram estáveis.

O lucro antes do IR e CSLL atingiu R\$ 35,5 milhões (+33,0%). Após carga tributária de R\$ 9,7 milhões, o lucro do período totalizou R\$ 25,8 milhões, crescimento de 28,2% em relação ao 1T25.

## **EBITDA**

O EBITDA Ajustado apresentou crescimento de 12,0% em relação a 2025, alcançando R\$ 60,3 milhões em 2026, refletindo principalmente a evolução do EBIT, que passou de R\$ 4,8 milhões para R\$ 14,4 milhões, impulsionado pela expansão da Receita Operacional Líquida (+9,5%) e pela redução das despesas operacionais (-18,9%). Apesar do aumento dos custos operacionais em linha com o crescimento da receita e da maior representatividade de itens como obrigações com previdência complementar e depreciação, a Companhia manteve sólida capacidade operacional, encerrando o período com margem EBITDA Ajustada de 49,9%, praticamente estável em relação aos 48,8% registrados em 2025. O desempenho reforça a disciplina na gestão de Pessoal, Materiais, Serviço de Terceiros e Outros.

<b>Consolidado (R\$ milhões)</b>	<b>2026</b>	<b>2025 R</b>	<b>Δ%</b>
Receita Operacional Líquida	120,6	110,2	9,5%
Custo	(77,6)	(73,2)	8,2%
Despesas Operacionais	(27,7)	(32,1)	-18,9%
Outras Receitas e Despesas	(0,9)	(0,1)	n.m.
<b>EBIT</b>	<b>14,4</b>	<b>4,8</b>	<b>201,9%</b>
% ROL	12,0%	4,3%	7,6pp
Custo de Construção	20,2	17,0	
GAG Melhoria	14,3	23,1	
Previdência Privada - CPC 33	7,8	5,2	
Depreciação	3,6	1,7	
PDI	0,7	8,3	
Contingências	0,3	4,1	
Outras Receitas/Despesas	(1,3)	(10,5)	
<b>Ajustes Totais</b>	<b>45,8</b>	<b>49,0</b>	
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>60,3</b>	<b>53,8</b>	<b>12,0%</b>
% ROL Ajustado	49,9%	48,8%	1,1pp

### Posição de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa encerrou o trimestre em R\$ 415,2 milhões, avanço de 9,3% sobre os R\$ 379,9 milhões de 31 de dezembro de 2025, sustentado pela geração operacional do período e pelos recebimentos de outorga fixa de cessão de áreas adjacentes da Usina São Paulo. A Companhia não possui endividamento bancário. O patrimônio líquido encerrou o período em R\$ 620,6 milhões.

# NOTAS EXPLICATIVAS

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE, B3: EMAE3 e EMAE4) é uma companhia aberta de geração de energia elétrica, com sede em São Paulo, operando sob concessão regulada e fiscalizada pela ANEEL. As práticas contábeis adotadas nestas informações financeiras intermediárias são as mesmas da Nota 3 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com as quais estas informações devem ser lidas conjuntamente.

O portfólio de geração é composto pelas usinas hidrelétricas Henry Borden (889 MW), Rasgão (22 MW) e Porto Góes (24,8 MW), que operam em regime de cotas e recebem Receita Anual de Geração (RAG) contratada com distribuidoras até janeiro de 2043, transferindo o risco hidrológico às beneficiárias das cotas nos termos da Lei 12.783/2013. A subsidiária integral opera a PCH Pirapora (25MW) como Produtor Independente de Energia Elétrica, com contratos de longo prazo no Ambiente de Contratação Regulado com término em 2044.

No primeiro trimestre de 2026, a SABESP concluiu a aquisição do controle acionário da Companhia, passando a deter aproximadamente 98,0% do capital votante e 79,3% do capital total. Em 23 de fevereiro de 2026, a Assembleia Geral Extraordinária elegeu a nova composição do Conselho de Administração, que, na mesma data, nomeou a Diretoria Executiva. Assim, o primeiro trimestre de 2026 marca o primeiro trimestre completo sob a gestão da nova administração.

No trimestre, o avanço mais relevante no portfólio de expansão foi a obtenção da Portaria SNTEP/MME nº 3.108, em março de 2026, autorizando a Edgard de Souza Energia S.A., SPE constituída em setembro de 2025, a implantar e explorar a PCH Edgard de Souza (18 MW, Santana de Parnaíba/SP), seguida pela emissão da Licença Ambiental de Instalação em abril de 2026, viabilizando o início das obras. O empreendimento tem contrato de longo prazo no ACR, resultante do Leilão A-5 de agosto de 2025, com entrega de 13,4 MW médios, a partir de janeiro de 2030 até dezembro de 2049.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

### 2.1 Reapresentação dos valores correspondentes as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do período findo em 31 de março de 2025.

Em 2025, a Companhia revisou a política contábil aplicável aos contratos de concessão, passando a reconhecer a receita de construção com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos de margem, em substituição ao modelo anteriormente fundamentado em estimativas de investimentos futuros. A alteração foi aplicada retrospectivamente, com reapresentação dos saldos comparativos desde julho de 2018, em conformidade com o CPC 23 / IAS 8, ICPC 01 (R1) e CPC 47. Informações adicionais acerca da reapresentação e de seus respectivos impactos podem ser consultadas na Nota 1.2 – “Reapresentação dos saldos comparativos – Contratos de Concessão (ICPC 01 / CPC 47)” das demonstrações financeiras de 2025. Como consequência, o resultado do período findo em 31 de março de 2025 apresentou as alterações demonstradas no quadro a seguir:

## Demonstração do resultado do período reconciliada

	Controladora			Consolidado		
	T25		T25	T25		T25
	Originalmente reportado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente reportado	Ajustes	Reapresentado
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b> .....	136.096	(38.252)	97.844	148.450	(38.252)	110.198
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b> .....	(84.182)	14.946	(69.236)	(88.235)	15.013	(73.222)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b> .....	51.914	(23.306)	28.608	60.215	(23.239)	36.976
<b>Receitas/Despesas Operacionais</b>						
Despesas gerais e administrativas.....	(33.991)	1.856	(32.135)	(33.923)	1.788	(32.135)
Outras receitas e (despesas).....	(66)	-	(66)	(66)	-	(66)
Equivalência Patrimonial em controlada.....	8.808	-	8.808	-	-	-
	(25.249)	1.856	(23.393)	(33.989)	1.788	(32.201)
<b>LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b> .....	26.665	(21.450)	5.215	26.226	(21.451)	4.775
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>						
Receitas.....	18.457	-	18.457	19.718	1	19.719
Despesas.....	(404)	-	(404)	(408)	-	(408)
Variações monetárias líquidas.....	2.604	-	2.604	2.604	-	2.604
	20.657	-	20.657	21.914	1	21.915
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> .....	<b>47.322</b>	<b>(21.450)</b>	<b>25.872</b>	<b>48.140</b>	<b>(21.450)</b>	<b>26.690</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>						
Corrente.....	(17.594)	12.440	(5.154)	(18.412)	12.440	(5.972)
Diferido.....	4.651	(5.278)	(627)	4.651	(5.278)	(627)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b> .....	<b>34.379</b>	<b>(14.288)</b>	<b>20.091</b>	<b>34.379</b>	<b>(14.288)</b>	<b>20.091</b>
<b>LUCRO ATRIBUÍVEL A:</b> .....						
Acionistas controladores e não controladores.....	<b>34.379</b>	<b>(14.288)</b>	<b>20.091</b>	<b>34.379</b>	<b>(14.288)</b>	<b>20.091</b>
<b>RESULTADO BÁSICO POR:</b> .....						
Ação preferencial.....	R\$ 0,965	-R\$ 0,401	R\$ 0,564			
Ação ordinária.....	R\$ 0,878	-R\$ 0,365	R\$ 0,513			

## Demonstração do resultado abrangente do período reconciliada

	Controladora e Consolidado		
	T25		T25
	Originalmente reportado	Ajustes	Reapresentado
Lucro do período .....	34.379	(14.288)	20.091
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado.....			
Ajuste de elementos do Passivo.....	-	-	-
Efeito de imposto de renda e contribuição social.....	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b> .....	<b>34.379</b>	<b>(14.288)</b>	<b>20.091</b>

## Demonstração do fluxo de caixa do período reconciliada

	Controladora			Consolidado		
	31.03.25		31.03.25	31.03.25		31.03.25
	Originalmente reportado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente reportado	Ajustes	Reapresentado
<b>Atividades operacionais</b>						
Lucro do período.....	34.379	(14.288)	20.091	34.379	(14.288)	20.091
Resultado de equivalência patrimonial.....	(8.808)	-	(8.808)	-	-	-
Depreciação/ amortização.....	564	-	564	1.685	-	1.685
Despesa de entidade de plano de previdência.....	5.243	(5.243)	-	5.243	(5.243)	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	4.667	-	4.667	4.667	-	4.667
IR e CSLL.....	9.752	5.278	15.030	10.186	5.278	15.464
Apropriação Comgás.....	(156)	156	-	(156)	156	-
Provisão - Investimentos na Concessão.....	18.633	(18.633)	-	18.633	(18.633)	-
Apropriação despesas antecipadas.....	1.930	(1.930)	-	1.887	(1.887)	-
Juros mútuo.....	(137)	-	(137)	-	-	(137)
Juros e variações monetárias acordo Sabesp.....	(3.636)	3.636	-	(3.636)	3.636	-
Juros remuneratórios - outros ativos financeiros.....	(4.955)	-	(4.955)	(5.481)	-	(5.481)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>						
Aplicações financeiras.....	17.090	(17.090)	-	17.090	(17.090)	-
Revendedores.....	1.445	-	1.445	1.461	-	1.461
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	500	(4.649)	(4.149)	498	(4.649)	(4.151)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	(1.042)	(12.441)	(13.483)	(914)	(12.007)	(12.921)
Adiantamentos.....	(10.000)	-	(10.000)	(10.000)	-	(10.000)
Despesas antecipadas.....	-	1.930	1.930	-	1.887	1.887
Cauções e depósitos vinculados.....	1.675	-	1.675	1.675	-	1.675
Sabesp.....	-	(3.636)	(3.636)	-	(3.636)	(3.636)
Outros créditos.....	(252)	-	(252)	(616)	-	(616)
Folha de pagamento e estimadas.....	(974)	-	(974)	(974)	-	(974)
Benefício pós-emprego, previdência complementar.....	(625)	5.243	4.618	(625)	5.243	4.618
Fornecedores.....	1.586	-	1.586	1.572	-	1.572
Tributos e contribuições sociais.....	(277)	-	(277)	(293)	(434)	(727)
Obrigações setoriais.....	585	-	585	586	-	586
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas.....	(518)	-	(518)	(518)	-	(518)
Passivo de contrato.....	-	25.447	25.447	-	25.447	25.447
Obrigações especiais - RGR.....	(450)	-	(450)	(450)	-	(450)
Outros.....	(2.419)	(156)	(2.575)	(2.419)	(156)	(2.575)
	<b>63.800</b>	<b>(36.376)</b>	<b>27.424</b>	<b>73.343</b>	<b>(36.376)</b>	<b>36.967</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(14.403)	-	(14.403)	(14.837)	-	(14.837)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>49.397</b>	<b>(36.376)</b>	<b>13.021</b>	<b>58.506</b>	<b>(36.376)</b>	<b>22.130</b>
<b>Atividades de investimento</b>						
Aplicações financeiras.....	-	17.090	17.090	-	17.090	17.090
Aquisição de imobilizado.....	(497)	-	(497)	(503)	-	(503)
Ativo contratual.....	(19.286)	19.286	-	(19.286)	19.286	-
Aquisição de intangível.....	(994)	-	(994)	(994)	-	(994)
Outros ativos financeiros.....	(63.000)	-	(63.000)	(73.000)	-	(73.000)
Mútuo com parte relacionada.....	(10.000)	-	(10.000)	(10.000)	-	(10.000)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(93.777)</b>	<b>36.376</b>	<b>(57.401)</b>	<b>(103.783)</b>	<b>36.376</b>	<b>(67.407)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>						
Juros sobre o capital próprio e dividendos.....	(3)	-	(3)	(3)	-	(3)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes</b>	<b>(44.383)</b>	<b>-</b>	<b>(44.383)</b>	<b>(45.280)</b>	<b>-</b>	<b>(45.280)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	288.306	-	288.306	311.326	-	311.326
Caixa e equivalentes de caixa no final do período.....	243.923	-	243.923	266.046	-	266.046
<b>Redução de caixa e equivalentes</b>	<b>(44.383)</b>	<b>-</b>	<b>(44.383)</b>	<b>(45.280)</b>	<b>-</b>	<b>(45.280)</b>

## 2.2 Declaração de Conformidade

As informações financeiras intermediárias e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram examinadas pelo Comitê de Auditoria e posteriormente aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de maio de 2026. Após sua aprovação, somente o Conselho de Administração possui competência para autorizá-las ou promover alterações.

## 2.3 Moeda Funcional e Base de Apresentação

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis, os valores são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas cujos valores reconhecidos são significativos nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 7 – Realização do imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota 11 – Propriedades para investimentos;
- Nota 12 – Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de impairment;
- Nota 15 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar;

- Nota 16.1 – Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 27 - Instrumentos financeiros;
- Nota 28 – Gerenciamento de riscos; e
- Nota 29 – Compromissos de longo prazo.

## **2.5 Base de Mensuração.**

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos:

Planos de previdência complementar (benefício definido): reconhecidos pelo valor presente da obrigação com benefícios definidos, deduzido do valor justo dos ativos do plano;

Propriedades para investimento e Passivo de Contrato mensuradas a valor justo, com avaliações periódicas e, quando aplicável, as alterações são reconhecidas diretamente no resultado.

## **2.6 Informações financeiras intermediárias consolidadas**

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis adotadas pela controlada são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

## **2.7 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34.

## **2.8 Informações por Segmento**

A Administração realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Portanto, não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

## 2.9 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas nestas ITR são as mesmas da nota explicativa nº 3 das demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2025 (divulgadas em 11 de maio de 2026) e devem ser analisadas conjuntamente.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
bancos conta movimento.....	425	82	434	82
Aplicações financeiras.....	384.382	357.503	414.815	379.829
	384.807	357.585	415.249	379.911

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do período, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

### a) Perda estimada CDBs LETSBANK

A Companhia mantinha aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário emitidos pelo Banco LetsBank S.A., anteriormente denominado Banco BlueBank S.A. Em 18 de novembro de 2025, o Banco Central do Brasil decretou a liquidação extrajudicial da instituição financeira, integrante do conglomerado do Banco Master, nos termos da Lei nº 6.024/1974, evento de crédito que enquadra o ativo no modelo de perda de crédito esperada previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Considerando o regime de liquidação extrajudicial em curso, a ausência de garantias reais vinculadas às aplicações e as incertezas inerentes ao processo de habilitação de créditos junto ao liquidante nomeado pelo BACEN, a Companhia reconheceu perda de crédito esperada correspondente à totalidade do saldo de R\$ 143.818 em 2025. A Companhia habilitou seus créditos junto ao liquidante e revisará a estimativa caso surjam elementos que alterem materialmente as perspectivas de recuperação.

## 4. REVENDEDORES

O saldo das contas a receber de revendedores é composto predominantemente de contraparte no ambiente setorial regulado somente de valores vincendos e, portanto, a Companhia entende que não há necessidade do registro de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber.

## 5. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

Referem-se aos tributos e contribuições sociais compensáveis referentes a serviços prestados e aquisições.

No exercício de 2025, a Administração reavaliou as perspectivas de realização dos créditos acumulados de ICMS registrados no ativo, considerando os requisitos aplicáveis para homologação, transferência e utilização desses créditos por meio do sistema e-CredAc.

Com base nessa avaliação, concluiu-se que, no cenário atual, não há evidência de viabilidade técnica imediata para a monetização desses saldos. Em decorrência dessa avaliação, a Companhia constituiu estimativa para perdas correspondente a 100% desses créditos, apresentada como conta redutora do ativo.

A Administração mantém monitoramento contínuo sobre eventuais alterações regulatórias, operacionais ou jurisprudenciais que possam impactar a recuperabilidade desses créditos.

A movimentação das perdas estimadas na realização de créditos é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
<b>Circulante</b>				
ICMS recuperável.....	24.608	22.707	24.818	22.908
(-) Perda estimada ICMS compensável.....	(22.707)	(22.707)	(22.707)	(22.707)
INSS a recuperar.....	419	307	419	307
ISS a recuperar.....	7	7	7	7
PIS e COFINS a recuperar.....	2.676	8.022	2.676	8.022
	5.003	8.336	5.213	8.537
<b>Não circulante</b>				
PIS e COFINS a recuperar (i).....	59.458	57.996	59.458	57.996
	64.461	66.332	64.671	66.533

- (i) PIS e COFINS decorre de diferença temporária entre o regime de competência, adotado para o reconhecimento das despesas no resultado, e o regime de caixa previsto na legislação fiscal aplicável às concessões. Nesse contexto, a dedutibilidade e a exigibilidade tributária ficam condicionadas ao efetivo recebimento das receitas, gerando valores que serão realizados em períodos subsequentes, à medida da realização do passivo de contrato.

### 5.1 IR E CSLL A RECUPERAR

Como consequência da reapuração dos resultados tributáveis históricos decorrente da reapresentação dos saldos comparativos, a Companhia identificou pagamentos em excesso de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") em exercícios anteriores, em decorrência de reconhecimento de receitas superiores conforme apurado com a reapresentação dos saldos comparativos.

Com base em parecer elaborado por assessores externos especializados, a Companhia avaliou as perspectivas de recuperação desses créditos e concluiu que:

(i) Para os exercícios compreendidos entre 2021 e 2025, dentro do prazo prescricional de cinco anos contados da extinção do crédito tributário, a probabilidade de recuperação é provável, nos termos dos artigos 165 e 168 do Código Tributário Nacional e do artigo 74 da Lei nº 9.430/1996. Os valores recuperáveis de IRPJ e CSLL nessa janela temporal já reconhecidos na rubrica 'IR e CSLL a recuperar' (Nota 7.1) e corrigidos pela taxa SELIC desde a data-base de cada exercício até 31 de março 2026;

(ii) Para os exercícios anteriores à 2021 (prazo prescricional ordinário), foram identificados fundamentos para a exclusão futura dos valores já oferecidos à tributação, com base nas regras de inexistência de período de competência e no princípio da vedação à dupla tributação, com probabilidade de êxito classificada como possível.

A Companhia está conduzindo os procedimentos administrativos necessários junto à Receita Federal do Brasil para formalização dos pedidos de restituição e compensação dos créditos prováveis, incluindo a retificação das respectivas Escriturações Contábeis Fiscais ('ECF'). Os valores reconhecidos serão atualizados mensalmente pela taxa SELIC até o efetivo recebimento ou compensação.

## 6. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
<b>Circulante</b>				
Projetos em curso (a).....	2.886	2.886	2.886	2.886
Dividendos a receber (Controlada Pirapora).....	6.622	6.622	-	-
Pirapora Energia S.A. compartilhamento de custos/ Reembolsos.....	318	160	-	-
Aluguéis / Locação .....	110	371	110	371
Aluguel Petrobras (b).....	3.144	3.104	3.144	3.104
Eduardo Yassuda O&M.....	361	38	361	38
Devolução seguros.....	-	-	-	-
Adiantamentos a terceiros.....	551	45	578	45
	13.992	13.226	7.079	6.444
Valores a receber - Energia Livre .....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos.....	1.476	1.476	1.476	1.476
Multas contratuais (c).....	738	736	738	736
Write off (d).....	(6.431)	(6.409)	(6.431)	(6.409)
	(73)	(53)	(73)	(53)
	13.919	13.173	7.006	6.391

- a) Gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- b) Valores a receber relativos ao contrato de aluguel da área referente ao uso do espaço onde está instalada UTE Nova Piratininga.
- c) Valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros;
- d) Saldo das perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2025 correspondente a R\$ 6.431, sendo composto por: R\$ 1.476, funcionários cedidos em exercícios anteriores; R\$ 4.144, relativos a RTE; R\$ 759, multas contratuais; reembolso ARSESP; e R\$ 51 referente a locações e aluguéis.

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

### 7.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	1T26	1T25	1T26	1T25	1T26	1T25	1T26	1T25
	Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado	
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições.....</b>	34.763	25.872	35.486	26.690	34.763	25.872	35.486	26.690
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
	(8.691)	(6.468)	(8.872)	(6.673)	(3.129)	(2.328)	(3.194)	(2.402)
<b>a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes</b>								
Gastos permanentemente indedutíveis.....	(264)	(57)	(264)	(57)	(95)	(21)	(95)	(20)
Equivalência patrimonial em controlada.....	2.104	2.202	-	-	757	793	-	-
Incentivos fiscais.....	305	92	305	92	-	-	-	-
Outros.....	6	6	6	6	-	-	-	-
<b>b) Efeito regime lucro presumido de controlada</b>								
Pirapora Energia S.A.....			1.791	1.841			593	614
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados....</b>	(6.540)	(4.225)	(7.034)	(4.791)	(2.467)	(1.556)	(2.696)	(1.808)
Corrente.....	(6.043)	(3.764)	(6.537)	(4.330)	(2.288)	(1.390)	(2.517)	(1.642)
Diferido.....	(497)	(461)	(497)	(461)	(179)	(166)	(179)	(166)
Alíquota efetiva.....	19%	16%	20%	18%	7%	6%	8%	7%

## 7.2 Composição dos impostos diferidos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	84.462	83.669	-	-
Obrigação fiscal diferida Sabesp (b).....	-	-	29.832	28.907
Ativo fiscal diferido ORA (c).....	62.477	62.477	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (d).....	-	-	79.141	79.141
Passivo fiscal diferido - Gag melhorias (e).....	-	-	7.939	7.574
<b>Contribuição Social</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	30.406	30.121	-	-
Obrigação fiscal diferida Sabesp (b).....	-	-	10.740	10.407
Ativo fiscal diferido ORA (c).....	22.492	22.492	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (d).....	-	-	28.490	28.490
Passivo fiscal diferido - Gag melhorias (e).....	-	-	2.858	2.727
	199.837	198.759	159.000	157.246
Compensação entre Ativos e Passivos (f).....	(159.000)	(198.759)	(159.000)	(198.759)
	<b>40.837</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(41.513)</b>

- a) Créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre diferenças temporariamente indedutíveis, cujos principais componentes são: (i) contingências trabalhistas, cíveis e tributárias (Nota 16); (ii) perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa; e (iii) demais provisões temporariamente indedutíveis;
- b) Registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 21.1);
- c) Ativo fiscal diferido sobre o plano de benefício definido (Nota 15);
- d) Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre ajuste a valor justo de elementos do ativo em contrapartida de outros resultados abrangentes;
- e) Decorre da diferença temporal entre o reconhecimento contábil e a efetiva tributação (realização fiscal) dos ativos de concessão e indenizáveis. A reversão deste passivo ao resultado ocorrerá na realização do Passivo de contrato;
- f) Compensação entre ativos e passivos diferidos. Valores revisados a cada encerramento do exercício podendo ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2026.....	93.429
2027.....	2.201
2028.....	1.374
2029.....	1.374
2030.....	1.374
2031 até jan/2043.....	15.116
	<b>114.868</b>

O montante de R\$ 114.868 corresponde à soma das provisões temporariamente indedutíveis de Imposto de Renda e Contribuição Social, Nota 7.2 alínea (a).

## 8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
<b>Circulante</b>				
Depósitos vinculados (a).....	254	277	254	277
Garantia financeira (b).....		-	511	440
	254	277	765	717
<b>Não circulante</b>				
Depósitos judiciais (c).....	61.337	61.146	61.371	61.180
	61.591	61.423	62.136	61.897

- a) Refere-se à caução vinculado ao Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda;
- b) Refere-se a recursos mantidos em conta corrente vinculada sob custódia do agente financeiro mandatário (Banco Bradesco S.A.), exigidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para assegurar a liquidação financeira das operações no Mercado de Curto Prazo (MCP);
- c) Trata-se de depósitos iniciais ou recursais envolvendo diversos processos cíveis, trabalhistas e tributários da Companhia. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo. O depósito mais relevante, no valor de R\$ 24.796, valor atualizado, refere-se à ação anulatória de débito fiscal com pedido de tutela de urgência para suspensão da exigibilidade do crédito fiscal na forma do art.151, inciso V do Código Tributário Nacional. A EMAE identificou que o IPTU do imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, bairro Pedreira, São Paulo - SP, sofreu forte elevação, tendo sido requerida sua revisão junto ao Centro de Atendimento da Fazenda Municipal da Prefeitura de São Paulo.

## 9. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Abrange os bens reversíveis das usinas do Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, que não estavam totalmente depreciados em 31 de dezembro de 2012. Devido à prorrogação da concessão no âmbito do regime de cotas, tais ativos deverão ser indenizados pelo Poder Concedente, conforme o disposto no artigo 2º do Decreto nº 7.850, de 30 de novembro de 2012, e na Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, posteriormente revogada pela REN ANEEL nº 1.027, de 19 de junho de 2022.

Em atendimento ao referido decreto, a Companhia manifestou seu interesse em receber a indenização por meio de ofício enviado à ANEEL em 26 de dezembro de 2013. Em julho de 2022, fundamentada na Resolução Normativa ANEEL nº 942/21 (posteriormente revogada pela REN ANEEL nº 1.027, de 19 de junho de 2022), a EMAE encaminhou à ANEEL relatório detalhado de avaliação dos bens. Após análise, a ANEEL estabeleceu, na 5ª Reunião Pública Extraordinária da Diretoria (21 de dezembro de 2023) e ratificou na 1ª Reunião Pública Ordinária (23 de janeiro de 2024), que a Base de Remuneração Líquida seria de R\$ 281 milhões, com referência à base de 31 de dezembro de 2012. Em 23 de abril de 2024, os autos do processo foram encaminhados pelo Ofício nº 01/2024 - DIR/ANEEL ao Ministério de Minas e Energia para o reconhecimento da indenização dos investimentos da EMAE.

Em agosto de 2025, o MME recebeu contribuições à Consulta Pública nº 190/2025 sobre diretrizes para reconhecer investimentos complementares ao projeto básico, conforme Decreto nº 7.850/2012. A Secretaria-Executiva coordenou a consulta entre 03 de junho de 2025 a 18 de agosto de 2025, incluindo proposta de Portaria Normativa e temas como atualização e pagamento de valores indenizatórios. A EMAE participou e aguarda decisão do MME.

O valor líquido contábil dos ativos reversíveis em 31 de março de 2026 é de R\$ 195,4 milhões.

## 10. INVESTIMENTOS

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Participações permanentes em outras sociedades

	<b>Controladora</b>	
	<b>31.03.26</b>	<b>31.12.25</b>
Pirapora Energia S.A.....	163.596	155.181

### Participação em controlada - Pirapora Energia S.A

A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	<b>31.03.26</b>	<b>31.12.25</b>
Ativo.....	172.291	163.868
Passivo.....	8.695	8.687
Patrimônio Líquido.....	163.596	155.181
	<b>1T26</b>	<b>1T25</b>
Lucro do período.....	8.415	8.808

Demonstração do patrimônio líquido da controlada Pirapora Energia:

	<b>Controlada</b>
Saldo em 31.12.2025.....	155.181
Resultado de equivalência patrimonial.....	8.415
Saldo em 31.03.2026.....	163.596

## 11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

As propriedades para investimento compreendem ativos mantidos pela Companhia para obtenção de aluguel ou valorização de capital, não sendo utilizados na produção ou fornecimento de energia elétrica ou em atividades administrativas. Durante o período findo em 31 de março de 2026 não houve movimentação na referida rubrica.

	<b>Controladora e Consolidado</b>		
	<b>Saldo 31.12.25</b>	<b>Resultado AVJ</b>	<b>Saldo 31.03.26</b>
<b>ATIVO</b>			
(i) Áreas adjacentes Usina São Paulo	122.689	-	122.689
Custo histórico.....	2	-	2
Ajuste a valor justo.....	122.687	-	122.687
(ii) Edifício Rua Augusta	53.600	-	53.600
Custo histórico.....	82.461	-	82.461
Ajuste a valor justo.....	(28.861)	-	(28.861)
(iii) Terrenos Bota-Fora	140.300	-	140.300
Custo histórico.....	17	-	17
Ajuste a valor justo.....	153.933	-	153.933
(-) Remediação (a).....	(13.650)	-	(13.650)
	316.589	-	316.589

## 12. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de março de 2026 está representada por:

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.25	Adições	Depreciação do período	Saldo em 31.03.2026
Controladora					
Em serviço					
Terrenos.....		4.283	-	-	4.283
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	604	-	(15)	589
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	3.225	-	(195)	3.030
Veículos.....	14,3%	72	-	(2)	70
Móveis e Utensílios.....	6,3%	264	-	(8)	256
Subtotal.....		8.448	-	(220)	8.228
Em curso					
Terrenos.....		149	-	-	149
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		45.882	-	(1.588)	44.294
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....		4.499	7	-	4.506
Máquinas e Equipamentos.....		3.741	395	-	4.136
Veículos.....		254	-	-	254
Móveis e Utensílios.....		2	104	-	106
Outros.....		1.989	-	-	1.989
Subtotal.....		56.516	506	(1.588)	55.434
Direito de uso - Edificações, Obras cíveis e Benfeitorias (nota 19).....		9.273	-	(471)	8.802
Total Controladora.....		74.237	506	(2.279)	72.464

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.25	Adições	Depreciação do período	Saldo em 31.03.2026
Consolidado					
Em serviço					
Terrenos.....		4.283	-	-	4.283
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	39.774	-	(268)	39.506
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	42.729	-	(296)	42.433
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	51.043	-	(767)	50.276
Veículos.....	14,3%	72	-	(2)	70
Móveis e Utensílios.....	6,3%	265	-	(8)	257
Subtotal.....		138.166	-	(1.341)	136.825
Em curso					
Terrenos.....		149	-	-	149
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		46.858	-	(1.588)	45.270
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....		4.898	880	-	5.778
Máquinas e Equipamentos.....		7.518	926	-	8.444
Veículos.....		254	-	-	254
Móveis e Utensílios.....		3	104	-	107
Outros.....		1.989	-	-	1.989
Subtotal.....		61.669	1.910	(1.588)	61.991
Direito de uso - Edificações, Obras cíveis e Benfeitorias (nota 19).....		9.273	-	(471)	8.802
Total Consolidado.....		209.108	1.910	(3.400)	207.618

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.24	Adições	Transferência	Depreciação do período	Saldo em 31.03.2025
Controladora						
Em serviço						
Terrenos.....		4.283	-	-	-	4.283
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2,0%	663	-	-	(16)	647
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	4.023	-	-	(249)	3.774
Veículos.....	14,3%	146	-	-	(18)	128
Móveis e Utensílios.....	6,3%	240	-	-	(7)	233
Subtotal.....		9.355	-	-	(290)	9.065
Em curso						
Terrenos.....		149	-	-	-	149
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		52.232	-	-	-	52.232
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....		5.676	73	-	-	5.749
Máquinas e Equipamentos.....		30.595	387	-	-	30.982
Veículos.....		254	-	-	-	254
Móveis e Utensílios.....		2	-	-	-	2
Outros.....		21.321	37	-	-	21.358
Subtotal.....		110.229	497	-	-	110.726
Total Controladora.....		119.584	497	-	(290)	119.791

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.24	Adições	Transferência	Depreciação do período	Saldo em 31.03.2025
Consolidado						
Em serviço						
Terrenos.....		4.283	-	-	-	4.283
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	40.845	-	-	(268)	40.577
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2,0%	43.910	-	-	(297)	43.613
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	54.114	-	16	(821)	53.309
Veículos.....	14,3%	146	-	-	(18)	128
Móveis e Utensílios.....	6,3%	241	-	-	(7)	234
Subtotal.....		143.539	-	16	(1.411)	142.144
Em curso						
Terrenos.....		149	-	-	-	149
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		53.208	-	-	-	53.208
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....		5.676	73	-	-	5.749
Máquinas e Equipamentos.....		32.287	393	(11)	-	32.669
Veículos.....		254	-	-	-	254
Móveis e Utensílios.....		8	-	(5)	-	3
Outros.....		21.321	37	-	-	21.358
Subtotal.....		112.903	503	(16)	-	113.390
Total Consolidado.....		256.442	503	-	(1.411)	255.534

### 13. ARRENDAMENTO

- a) Os saldos de arrendamento referem-se ao contrato de locação da sede administrativa (Condomínio São Luiz, São Paulo), reconhecido como arrendamento operacional nos termos do CPC 06/ IFRS 16 – Arrendamentos. A descrição dos termos contratuais consta da Nota 3 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A movimentação no período é apresentada a seguir:

Direito de uso (ativo):

	Controladora e Consolidado		
	Valor contábil em		Valor contábil em
	31.12.25	Depreciação	31.03.26
ATIVO			
(I) Direito de uso.....	3.585	(182)	3.403
(II) Obras civis e benfeitorias.....	5.688	(289)	5.399
	9.273	(471)	8.802

- I. Corresponde ao valor total contratual, trazido a valor presente por uma taxa de desconto de 13,47% ao ano;
- II. Obras civis e benfeitorias - investimentos feitos na nova sede para garantir que ela ofereça as melhores condições de uso e aproveitamento.

Arrendamento a pagar (passivo):

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em		Juros	Saldo em
	31.12.25	Transferências	Incorridos	31.03.26
<b>Arrendamento a pagar</b>				
Circulante				
Valor contratual.....	1.135	226		1.361
Juros a apropriar.....	(118)	(58)	54	(122)
	1.017	168	54	1.239
Não Circulante				
Valor contratual.....	4.765	(226)		4.539
Juros a apropriar.....	(1.801)	58	125	(1.618)
	2.964	(168)	125	2.921
	3.981	-	179	4.160

Valor presente das parcelas de arrendamento a pagar:

2027.....	910
2028.....	911
2029.....	765
2030.....	335
	<u>2.921</u>

## 14. FOLHA DE PAGAMENTO E ESTIMADAS

	Controladora e Consolidado	
	31.03.26	31.12.25
Folha de pagamento.....	3.531	5.967
Provisão de férias e encargos.....	8.305	7.365
PLR e Bonus.....	17.999	15.567
	<b>29.835</b>	<b>28.899</b>

As estimativas estão sujeitas a revisões futuras, conforme a efetiva apuração dos resultados e critérios de desempenho apurados.

## 15. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A EMAE patrocina dois planos de previdência complementar administrados pela VIVEST: o PSAP/EMAE, de benefício definido, fechado a novas adesões desde 2018 e composto pelos subplanos BSPS, BD e CV; e o EMAE-CD, de contribuição definida. A descrição detalhada das características de cada plano, dos subplanos do PSAP/EMAE, das responsabilidades da patrocinadora por insuficiências atuariais e da política de investimentos consta da Nota 16 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com as quais estas informações intermediárias devem ser lidas conjuntamente. Não houve alterações materiais nas características dos planos, na política de investimentos ou nas premissas atuariais durante o período findo em 31 de março de 2026.

A próxima avaliação atuarial completa, em conformidade com o CPC 33 (R1) / IAS 19, pronunciamento contábil que trata de benefícios a empregados, será realizada na data-base de 31 de dezembro de 2026. No período intermediário, a Companhia mantém o passivo atuarial reconhecido com base na última avaliação independente, ajustado pelas contribuições efetuadas e pelo custo de juros do período.

Em 31 de março de 2026, o valor das obrigações de benefício pós-emprego administrado pela VIVEST, ajustado pela avaliação atuarial independente resulta em saldo líquido reconhecido de R\$ 270.830, conforme demonstrado a seguir:

Credor	Objeto	Controladora e Consolidado			
		31.03.26		31.12.25	
		Circulante	Não Circulante	Total	Total
VIVEST	- Fundos de Pensão	37.393	347.322	384.715	385.666
	- Previdência Complementar - Método de Ajuste CPC 33 (R1) (IAS 19).....	-	(113.885)	(113.885)	(113.885)
		<b>37.393</b>	<b>233.437</b>	<b>270.830</b>	<b>271.781</b>

## 16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

### 16.1 Contingências - Possibilidade de Perda Provável

	Controladora e Consolidado				Saldo 31.03.26
	Saldo 31.12.25	Provisão	Reversão	Pagamento	
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade (a).....	16.212	491			16.703
Diversas (b).....	25.506	641	(692)	(18)	25.437
	41.718	1.132	(692)	(18)	42.140
Cíveis (c).....	2.085	100	-	-	2.185
Tributárias (d).....	127.732	614	-	-	128.346
Ambiental (e).....	2.531	35	(829)	-	1.737
	174.066	1.881	(1.521)	(18)	174.408

#### a. Periculosidade

Ação coletiva do Sindicato dos Eletricitários (1999) pleiteando adicional de periculosidade. Sentença transitada em julgado favorável a 32 empregados remanescentes. Em fase de execução, a EMAE contesta a metodologia pericial via Agravo de Petição e Mandado de Segurança (nº 1005331-61.2023.5.02.0000). A parcela controversa foi reclassificada para perda possível, mantendo-se como provável apenas o valor incontroverso.

#### b. Diversas

Referem-se a diversas ações de ex-empregados e terceirizados envolvendo responsabilidade subsidiária, horas extras, insalubridade e equiparação salarial, entre outros.

#### c. Cíveis

Ação de cumprimento de sentença movida pela Fundação CESP (Vivest) referente a honorários sucumbenciais. Valor provisionado: R\$ 908 (passivo não circulante).

#### d. Tributário

Saldo total de provisões tributárias: R\$ 128.346, composto principalmente por: (i) R\$ 17.953 referente a IPTU do imóvel da Av. Nossa Senhora do Sabará, objeto de ação anulatória com tutela de urgência em curso; e (ii) R\$ 109.741 constituído em razão de efeitos decorrentes de revisões de natureza contábil adotadas no exercício, mensurado com base em avaliação técnica e jurídica especializada.

#### e. Ambiental

Execução fiscal da Fazenda Estadual decorrente de multa aplicada pela CETESB por descarga em represas. Ação anulatória julgada desfavoravelmente em novembro de 2024, com processo em fase de conversão do depósito judicial. Valor provisionado: R\$ 1.612.

## 16.2 Contingências - Probabilidade de Perda Possível

As contingências em 31 de março de 2026, nas suas diferentes espécies avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	31.03.26	31.12.25
Administrativo.....	5.970	5.641
Ambiental .....	11.054	9.277
Cível.....	67.487	64.329
Trabalhista.....	46.302	44.686
Tributário.....	141.251	136.855
	272.064	260.788

### a. Administrativo

Impugnação do IPTU 2025 junto à Prefeitura de Cubatão. Valor: R\$ 2.004.

### b. Ambiental

(i) Ação Civil Pública (Defensoria Pública, 2013) por supostos danos relacionados a inundação no Jardim Pantanal. Nexa causal com as atividades da EMAE não demonstrado. Valor: R\$ 5.324. (ii) Ação Civil Pública (MPSP, 2015) por arraste de sedimentos no Córrego Ajudante. Após trânsito em julgado, a EMAE efetuou pagamento de sua cota-parte (50%), resultando em reclassificação de provável para possível. Valor remanescente: R\$ 3.309.

### c. Cível

Ação da AES Sul contra a ANEEL, referente aos efeitos do Despacho nº 288/2002 (alívio de exposição Itaipu, racionamento de energia 2001) que afetou agentes do setor, incluindo a EMAE. Ação julgada improcedente e confirmada em recurso (julho/2025), sem obrigação presente de desembolso. Risco reclassificado de provável para possível. Valor: R\$ 60.219.

### d. Trabalhista

Parcela controversa da ação coletiva do Sindicato dos Eletricitários (vide 16.1.a).

### e. Tributário

Execuções fiscais da Prefeitura de Cubatão referentes a IPTU (2014-2021) de imóvel originalmente de propriedade da Eletropaulo, com a EMAE figurando como corresponsável. Valor: R\$ 51.804.

### 16.3 Ativos Contingentes

A companhia move atualmente 21 processos de desapropriação com resultado total de indenização para a EMAE de R\$ 45.752.

Adicionalmente, a ANEEL concluiu em dezembro de 2023, por meio do Despacho nº 5.103/2023, a apuração da Base de Remuneração Regulatória Líquida ("BRR") referente aos bens reversíveis das usinas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes, fixando-a em R\$ 281.086 a preços de 31 de dezembro de 2012. O processo foi encaminhado ao Ministério de Minas e Energia para definição das diretrizes finais de indenização, tendo sido aberta Consulta Pública nº 190/2025 em agosto de 2025 sobre critérios de atualização e cronograma de pagamento, cuja decisão permanece pendente na data de encerramento do exercício. A diferença entre a BRR apurada (R\$ 281.086) e o saldo contábil reconhecido na rubrica Ativo Reversível da Concessão (R\$ 195.374) constitui ativo contingente nos termos do CPC 25/ IAS 37, pronunciamento contábil que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, não reconhecido contabilmente em razão da ausência de ato normativo definitivo do Poder Concedente. A Administração acompanha o andamento do processo junto ao MME.

### 17. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

A Companhia, desde sua constituição em 1998, oriunda da cisão da Eletropaulo, possui um saldo inicial registrado na conta de Obrigações Especiais - RGR (Reserva Global de Reversão), de R\$ 16.202 que permaneceu inalterado até 31 de dezembro de 2017. Durante este período a Companhia recolheu apenas os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (10 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante está sendo amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE:

	Controladora e Consolidado					31.03.26
	31.12.25	Transferência	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	
<b>Circulante</b>						
Obrigações Especiais - RGR.....	1.800	-	20	(20)	(450)	1.350

### 18. PASSIVO DE CONTRATO

O passivo de contrato é reconhecido e mensurado em conformidade com os itens 105 a 108 do CPC 47 / IFRS 15, Receita de contrato com cliente, pela diferença entre o total da GAG Melhoria recebida desde 1º de julho de 2018 e a receita acumulada de construção e melhoria reconhecida pelo método do custo acrescido de margem no mesmo período.

O passivo de contrato é liquidado à medida que a Companhia realiza investimentos nas usinas cotistas, reconhecendo o custo de construção acrescido da margem como receita de construção no resultado do período. Os valores recebidos via parcela GAG Melhoria abatem o passivo de contrato na medida em que essa receita de construção é reconhecida.

A Companhia reconhece no passivo circulante a parcela estimada das obrigações cuja realização é esperada no período de até 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, considerando o prazo remanescente da concessão.

O saldo em 31 de março de 2026 reflete os investimentos realizados versus os recursos recebidos de Gag Melhoria conforme a seguir:

Ano calendário	Investimentos na concessão (a)	Ke Regulatório ajustado (b)	Receita líquida de tributos (c)=a/(1-b)	Receita Bruta Gag Melhorias (d)=c/(1-9,25%)	Gag Melhorias recebida (e)	Passivo de Contrato (f) = <i>sd anterior</i> – (d) + (e)
2013 a 2018	67.627	14%	78.875	86.914	90.059	3.145
2019	23.949	11%	27.051	29.808	177.159	150.496
2020	26.946	17%	32.344	35.640	184.610	299.465
2021	86.716	17%	104.376	115.015	197.008	381.459
2022	93.045	16%	111.126	122.453	217.079	476.084
2023	117.486	17%	140.709	155.051	216.713	537.746
2024	134.442	16%	160.998	177.408	195.413	555.751
2025	84.628	13%	96.775	106.639	177.874	626.986
1T26	20.232	16%	24.020	26.467	42.272	<b>642.791</b>

Ke Regulatório - Corresponde ao Custo de capital regulatório definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, customizado a estrutura de capital da Companhia.

## 19. OUTRA OBRIGAÇÃO

Trata-se de quatro contratos de permissão à Comgás de uso de áreas a título oneroso para a instalação de canteiros, áreas de válvulas, estação de medição e recebimento de gás (*city gate*), obras de arranjo geral da tubulação e dos equipamentos da Estação de Regulagem de Pressão e Recebedor de PIC, com vigência até 30 de novembro de 2042. A EMAE recebeu antecipadamente o montante de R\$ 10.982 cuja apropriação em seu resultado vem ocorrendo de forma linear ao longo do exercício. Durante o período findo em 31 de março de 2026 a EMAE contabilizou o montante de R\$ 157 no Resultado.

## 20. OUTROS PASSIVOS

	Controladora e consolidado	
	31.03.26	31.12.25
Depósitos Judiciais (a).....	436	482
Racionalização da base acionária (b).....	4.737	4.737
Patrocínio .....	257	-
Seguros a pagar .....	2.239	5.408
Cauções contratuais.....	209	209
	<b>7.878</b>	<b>10.836</b>

- Referem-se a valores relativos a ações trabalhistas já transitadas em julgado, cujos depósitos judiciais ainda não foram liberados em favor da parte contrária;
- O montante registrado no período refere-se ao saldo financeiro remanescente do leilão das frações de ações decorrentes da operação de grupamento de ações de emissão da Companhia, ocorrida em 16 de junho de 2025.

## 21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### 21.1 Ativo financeiro Sabesp

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitavam na esfera judicial e arbitral referentes ao uso da água de represas sob gestão da EMAE. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças ("Instrumento") para o encerramento de todos os litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

Após o cumprimento das Condições Suspensivas, incluindo anuência da ANEEL, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Esse Instrumento e seu aditivo determinaram o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130, a partir de 2017, distribuídos da seguinte forma: a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254 a título indenizatório; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais e sucessivas de R\$ 6.610, a título de compensação de despesas, ambos corrigidos monetariamente pelo IPCA.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 119.328, dos quais R\$ 109.292 estão classificados no ativo não circulante.

Demonstração da mutação do Contrato da Sabesp:

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros contratual implícita de 6,89% a.a. mais um prêmio de risco de 1,29% a.a., aplicado pelo prazo do contrato:

	Controladora e Consolidado			Saldo 31.03.26
	Saldo 31.12.25	Transferências	Encargos Financeiros	
<b>ATIVO</b>				
Circulante				
Sabesp.....	13.997	230	141	14.368
Ajuste a valor presente.....	(4.482)	-	150	(4.332)
	9.515	230	291	10.036
Não Circulante				
Sabesp.....	166.608	(230)	2.248	168.626
Ajuste a valor presente.....	(60.495)	-	1.161	(59.334)
	106.113	(230)	3.409	109.292
	115.628	-	3.700	119.328

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

2026.....	10.036
2027.....	11.907
2028.....	12.947
2029.....	14.077
2030 até 2042.....	70.361
	<u>119.328</u>

## 21.2 Convênio de Operação e Manutenção entre EMAE e Pirapora

Com anuência da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a EMAE firmou junto à sua controlada - Pirapora Energia S.A, Convênio para o compartilhamento dos custos de pessoal. Durante o período findo em 31 de março de 2026, a EMAE recebeu reembolso das despesas de pessoal no valor de R\$ 680, com base no convênio firmado com a controlada (R\$ 1.023 no período comparativo findo em 31 de março de 2025).

## 21.3 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Em atendimento ao CPC 05(R1) - Divulgação sobre partes relacionadas, a Companhia informa que durante os períodos findo em 31 de março de 2026 e de 2025 os dispêndios relacionados com a remuneração do pessoal chave da administração foram:

Pessoal Chave da Administração	31.03.26		31.03.25	
	nº de membros	Remuneração	nº de membros	Remuneração
Diretoria Estatutária (*).....	4	754	5	1.230
Conselho Fiscal.....	3	48	1	20
Conselho de Administração.....	8	446	11	495
Comitê de Auditoria.....	3	81	4	193
	18	1.329	21	1.938

(a) Média anual.

(\*) Remuneração fixa e variável

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 22.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Durante o período findo em 31 de março de 2026 não houve emissão de novas ações. A redução de 20 ações decorre de operação de grupamento e desdobramento simultâneo (proporção 50:1 e 1:50) aprovada pela Companhia, conforme Aviso aos Acionistas de 12 de maio de 2025, com frações vendidas em leilão na B3 em 16 de junho de 2025.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus à:

- prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
- direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;

- c. direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- d. e direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

## 22.2 Resultado por Ação - Básico e Diluído

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

Cálculo de lucros por ação para os exercícios (em milhares, exceto valor por ação):

	TT26	TT25
		Reapresentado
<b>CÁLCULO DO LUCRO</b>		
Lucro líquido do período.....	25.756	20.091
	Quantidade de Ações	Quantidade de Ações
ON.....	14.705.350	14.705.370
PN.....	22.241.700	22.241.714
	36.947.050	36.947.084
	R\$	R\$
ON.....	0,66	0,51
PN (10% maior que o dividendo ON).....	0,72	0,56
	R\$	R\$
ON.....	9.669	7.542
PN.....	16.087	12.549
	25.756	20.091

A quantidade média ponderada de ações adotada no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações adotada na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial de diluição.

Em conformidade com o estatuto social, a Administração não propõe a distribuição de dividendos relativamente ao período findo em 31 de março de 2026, tendo em vista que a apuração de dividendos obrigatórios é realizada ao final do exercício social.

## 22.3 Conciliações de dividendos e juros sobre o capital próprio

A seguir está demonstrada a mutação dos dividendos e juros sobre o capital próprio no período findo em 31 de março 2026:

	<b>Controladora e Consolidado</b>
Saldo de JSCP e Dividendos em 31.12.24.....	3.532
Crédito de IRRF sobre JCP pago a maior.....	120
Residuais anos anteriores.....	1
Saldo de JSCP e Dividendos em 31.12.25.....	<u>3.653</u>

## 23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

### 23.1 Conciliação da Receita Operacional Líquida

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>1T26</b>	<b>1T25</b>	<b>1T26</b>	<b>1T25</b>
	<b>Reapresentado</b>		<b>Reapresentado</b>	
<b>RECEITA</b>				
Cotas de energia elétrica (Nota 23.2).....	77.363	73.291	77.363	73.291
Suprimento de energia - leilão (Nota 23.2).....	-	-	13.045	12.397
Suprimento de energia - comercializadores (Nota 23.2).....	24	-	609	254
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 23.2).....	58	152	58	323
Renda da prestação de serviços (Nota 23.3).....	1.027	935	1.027	935
Outras receitas (Nota 23.4).....	14.721	13.430	14.729	13.430
Receitas relativas à construção de ativos da concessão.....	26.467	21.216	26.467	21.216
	<u>119.660</u>	<u>109.024</u>	<u>133.298</u>	<u>121.846</u>
<b>DEDUÇÕES À RECEITA</b>				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(9.092)	(8.279)	(9.501)	(8.664)
PIS sobre receitas operacionais.....	(1.974)	(1.797)	(2.063)	(1.880)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(51)	(47)	(51)	(47)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(1.056)	(1.057)	(1.056)	(1.057)
	<u>(12.173)</u>	<u>(11.180)</u>	<u>(12.671)</u>	<u>(11.648)</u>
<b>RECEITA LÍQUIDA.....</b>	<u>107.487</u>	<u>97.844</u>	<u>120.627</u>	<u>110.198</u>

### 23.2 Energia Elétrica Vendida

	<b>Controladora</b>				<b>Consolidado</b>			
	<b>MWh (*)</b>		<b>R\$</b>		<b>MWh (*)</b>		<b>R\$</b>	
	<b>1T26</b>	<b>1T25</b>	<b>1T26</b>	<b>1T25</b>	<b>1T26</b>	<b>1T25</b>	<b>1T26</b>	<b>1T25</b>
	<b>Reapresentado</b>				<b>Reapresentado</b>			
Energia elétrica gerada em cotas (a).....	196.176	240.285	103.830	89.503	196.176	240.285	103.830	89.503
Suprimento de energia elétrica para contratos ACR -Leilão (b)...	-	-	-	-	-	-	13.045	12.397
Comercializadores ACL.....	-	-	24	-	-	-	609	254
Mercado de curto prazo ACL - CCEE (c).....	-	-	58	152	-	-	58	323
<b>Total.....</b>	<u>196.176</u>	<u>240.285</u>	<u>103.912</u>	<u>89.655</u>	<u>196.176</u>	<u>240.285</u>	<u>117.542</u>	<u>102.477</u>

- a. Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG;

- b. Classificam-se como “Suprimento de Energia para contratos ACR” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no Ambiente de Contratação Regulada - ACR;
- c. Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

### 23.3 Rendas da Prestação de Serviços

Receita referente aos serviços de operação e manutenção prestados pela EMAE à Prefeitura de São Paulo na Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	1T26	1T25
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda) (b).....	1.027	935
	1.027	935

### Outras Receitas

	Controladora		Consolidado	
	1T26	1T25	1T26	1T25
Cessão de Área (a).....	1.136	1.065	1.136	1.065
Usina São Paulo (b).....	9.000	7.936	9.000	7.936
Aluguéis.....	4.585	4.429	4.585	4.429
I-REC.....	-	-	8	-
	14.721	13.430	14.729	13.430

- (a) Receita de Aluguel Usina Nova Piratininga;
- (b) Área adjacente à Usina São Paulo destinada a exploração comercial;
- (c) Comercialização de Certificados de Energia Renovável – IREC.

## 24. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

### 24.1 Controladora

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	1T26	1T25	1T26	1T25	1T26	1T25	1T26	1T25
	Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado	
Encargos de uso da rede elétrica.....	(11.345)	(11.660)	-	-	-	-	(11.345)	(11.660)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(1.597)	(1.859)	-	-	-	-	(1.597)	(1.859)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	(381)	(389)	-	-	-	-	(381)	(389)
Pessoal.....	(13.327)	(15.961)	(11.644)	(12.395)	-	-	(24.971)	(28.356)
Administradores.....	-	-	(1.682)	(2.484)	-	-	(1.682)	(2.484)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 15).....	(4.168)	(2.951)	(3.642)	(2.292)	-	-	(7.810)	(5.243)
Material.....	(691)	(321)	(284)	(430)	-	-	(975)	(751)
Serviço de terceiros.....	(14.119)	(14.783)	(6.598)	(11.652)	-	-	(20.717)	(26.435)
Depreciação/amortização.....	-	-	(2.523)	(564)	-	-	(2.523)	(564)
(-) Recuperação de despesa (a).....	169	7.406	-	-	-	-	169	7.406
Aluguéis.....	-	-	(1.188)	(1.923)	-	-	(1.188)	(1.923)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 16.1).....	(361)	(4.662)	-	-	-	-	(361)	(4.662)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	(21)	-	-	-	-	-	(21)	-
(-) Créditos PIS/COFINS.....	1.820	2.993	-	-	-	-	1.820	2.993
IPTU.....	(5.778)	(6.599)	-	-	-	-	(5.778)	(6.599)
Custos relativos a construção de ativos da concessão.....	(20.232)	(16.990)	-	-	-	-	(20.232)	(16.990)
Seguros.....	(2.374)	(3.141)	-	-	-	-	(2.374)	(3.141)
Condomínio.....	-	-	(100)	(395)	-	-	(100)	(395)
Patrocínios incentivados e não incentivados.....	-	-	-	-	(891)	(90)	(891)	(90)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	24	-	24
Outras.....	(344)	(319)	-	-	(30)	-	(374)	(319)
Total.....	(72.749)	(69.236)	(27.661)	(32.135)	(921)	(66)	(101.331)	(101.437)

## 24.2 Consolidado

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	1T26	1T25	1T26	1T25	1T26	1T25	1T26	1T25
	Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado	
GSF - Garantia física.....	(599)	(574)	-	-	-	-	(599)	(574)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(11.523)	(11.830)	-	-	-	-	(11.523)	(11.830)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(1.597)	(1.859)	-	-	-	-	(1.597)	(1.859)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	(409)	(416)	-	-	-	-	(409)	(416)
Pessoal.....	(14.007)	(16.984)	(11.644)	(12.395)	-	-	(25.651)	(29.379)
Administradores.....	-	-	(1.682)	(2.484)	-	-	(1.682)	(2.484)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 15).....	(4.168)	(2.951)	(3.642)	(2.292)	-	-	(7.810)	(5.243)
Material.....	(717)	(340)	(284)	(430)	-	-	(1.001)	(770)
Serviço de terceiros.....	(14.898)	(15.740)	(6.598)	(11.652)	-	-	(21.496)	(27.392)
Depreciação/amortização.....	(1.121)	(1.121)	(2.523)	(564)	-	-	(3.644)	(1.685)
Energia de curto prazo - CCEE.....	(1.313)	-	-	-	-	-	(1.313)	-
(-) Recuperação de despesa (a).....	169	7.406	-	-	-	-	169	7.406
Aluguéis.....	-	-	(1.188)	(1.923)	-	-	(1.188)	(1.923)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 16.1).....	(361)	(4.662)	-	-	-	-	(361)	(4.662)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	(21)	-	-	-	-	-	(21)	-
(-) Créditos PIS/COFINS.....	1.820	2.993	-	-	-	-	1.820	2.993
IPU.....	(5.778)	(6.599)	-	-	-	-	(5.778)	(6.599)
Custos relativos a construção de ativos da concessão.....	(20.232)	(16.990)	-	-	-	-	(20.232)	(16.990)
Seguros.....	(2.506)	(3.220)	-	-	-	-	(2.506)	(3.220)
Condomínio.....	-	-	(100)	(395)	-	-	(100)	(395)
Patrocínios incentivados e não incentivados .....	-	-	-	-	(891)	(90)	(891)	(90)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	24	-	24
Outras.....	(367)	(335)	-	-	(30)	-	(397)	(335)
<b>Total.....</b>	<b>(77.628)</b>	<b>(73.222)</b>	<b>(27.661)</b>	<b>(32.135)</b>	<b>(921)</b>	<b>(66)</b>	<b>(106.210)</b>	<b>(105.423)</b>

Descrição dos itens indicados em Custos de Operação e Despesas Operacionais por natureza:

- (a) Recuperação de valores de IPTU de exercícios anteriores registrados no primeiro trimestre de 2025 relacionados ao contrato de arrendamento da Usina Termoeletrica Piratininga.

## 25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	1T26	1T25	1T26	1T25
<b>Receitas</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	12.574	13.069	13.475	13.799
Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 8).....	1.310	1.144	1.310	1.144
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(874)	(850)	(874)	(850)
Atualização de ativos financeiros.....	-	5.092	-	5.618
Atualização de créditos tributários.....	6.070	-	6.070	-
Outras.....	6	2	8	8
	<b>19.086</b>	<b>18.457</b>	<b>19.989</b>	<b>19.719</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(1.119)	(5)	(1.145)	(5)
Juros sobre RGR.....	(20)	(42)	(20)	(42)
IOF.....	(74)	(357)	(74)	(361)
Arrendamento.....	(179)	-	(179)	-
Outras.....	(34)	-	(34)	-
	<b>(1.426)</b>	<b>(404)</b>	<b>(1.452)</b>	<b>(408)</b>
<b>Variações Monetárias</b>				
Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 21.1).....	2.389	2.491	2.389	2.491
Outras variações monetárias.....	143	113	143	113
	<b>2.532</b>	<b>2.604</b>	<b>2.532</b>	<b>2.604</b>
	<b>20.192</b>	<b>20.657</b>	<b>21.069</b>	<b>21.915</b>

## 26. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros nas modalidades Responsabilidade Civil Geral, D&O, Frota de Veículos, Equipamentos de Geração (EMAE e PCH Pirapora), Imóveis, Drone, Seguro Garantia das obrigações da EMAE para cobertura de déficit técnico do Plano de Previdência Complementar PSAP/EMAE. A descrição completa de cada modalidade e os valores segurados constam da Nota 27 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Não houve alteração material na cobertura contratada durante o período findo em 31 de março de 2026.

## 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3).....	384.807	357.585	415.249	379.911
Revendedores (Nota 4).....	41.130	40.356	46.878	46.029
Outros créditos (Nota 6).....	13.919	13.173	7.006	6.391
Cauções e depósitos vinculados (Nota 8).....	61.591	61.423	62.136	61.897
Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 21.1).....	119.328	115.628	119.328	115.631
Ativo reversível da concessão (Nota 9).....	195.374	195.374	195.374	195.374
Fornecedores.....	34.764	27.911	35.320	28.504
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	3.653	3.653	3.653	3.653

Todos os instrumentos financeiros estão classificados pelo custo amortizado.

Os valores registrados são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

## 28. GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades desenvolvidas pela Companhia a expõem, principalmente, aos riscos descritos a seguir. A estrutura de gerenciamento de riscos, os fatores de risco operacional, hidrológico, regulatório, ambiental e de integridade dos ativos, e a política de segurança de barragens estão descritos na Nota 29 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não sofreram alteração material no período.

### a. Riscos de estrutura de capital

A Companhia e sua controlada não possuem endividamento bancário e financiam suas operações exclusivamente com capital próprio e com os recebimentos contratuais da concessão, mantendo esse perfil de capital no período findo em 31 de março de 2026.

### ii. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores (Nota 4). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços - o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Em 31 de março de 2026 a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 384.807 e R\$ 415.249, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 357.585, controladora, e R\$ 379.911, consolidado, em 31 de dezembro de 2025).

Os principais recebíveis com exposição máxima de risco de crédito são:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.26	31.12.25
Ativo reversível da concessão (Nota 9).....	195.374	195.374
Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 20.1).....	119.328	115.628
	314.702	311.002

O ativo reversível da concessão refere a indenização pelo Poder Concedente de ativos não totalmente depreciados ou amortizados na data de adesão ao regime de cotas. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo uma vez que estes valores já foram avaliados e aprovados pela Diretoria da ANEEL. O processo de homologação pelo Ministério de Minas e Energia está em curso.

A realização do Ativo financeiro - Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro.

### iii. Exposição a riscos cambiais

Durante os períodos findos em 31 de março de 2026 a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

### iv. Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e de sua controlada estão alocadas em fundos de investimento e em Certificados de Depósito Bancário (CDB) com liquidez diária, mensurados, respectivamente, pelo valor das cotas ou pelo valor dos títulos em 31 de março de 2026.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificarem-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Taxas de juros efetivas em 11 de maio de 2026, com CDI overnight de 14,40 % a.a.:

	Saldo 31.03.26 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		14,40%	18,00%	21,60%
Controladora	384.382	55.351	69.189	83.027
Consolidado	414.815	59.733	74.667	89.600

	Saldo 31.03.26 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		14,40%	10,80%	7,20%
Controladora	384.382	55.351	41.513	27.676
Consolidado	414.815	59.733	44.800	29.867

<https://www.b3.com.br>

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% a.a. mais um prêmio de risco de 1,29% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% a.a. mais um prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de março de 2026, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos:

	Saldo 31.03.26 Nota 10	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	4,91%	13,59%	14,92%	16,24%
SABESP	119.328	16.212	17.798	19.384

	Saldo 31.03.26 Nota 10	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	4,91%	13,59%	12,26%	10,93%
SABESP	119.328	16.212	14.626	13.040

Boletim focus publicado em 11 de maio de 2026

## v. Risco de liquidez

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa e equivalentes de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

<b>Consolidado</b>	<b>Até de 3 meses</b>	<b>De 4 a 12 meses</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>	<b>Total</b>
Fornecedores.....	31.320	4.000	-	-	-	35.320
Dividendos/ JSCP .....	3.653	-	-	-	-	3.653
<b>Total</b>	<b>34.973</b>	<b>4.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.973</b>

## b. Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico das usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu à repactuação do risco hidrológico prevista na Lei 13.203/2015, mecanismo pelo qual os geradores do Ambiente de Contratação Regulado optaram por transferir o risco hidrológico às distribuidoras em contrapartida do pagamento de prêmio.

## c. Risco de preço

A principal atividade da EMAE está exposta ao risco de variações de tarifa base para definição da Receita Anual de Geração (RAG). A RAG é reajustada anualmente em 1º de julho e revisada a cada cinco anos pela ANEEL. A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.506/2025 definiu o reajuste anual da RAG para o ciclo 2025-2026. Os preços da controlada Pirapora são os fixados nos contratos ACR, atualizados anualmente pelo IPCA.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	<b>GAG O&amp;M (a)</b>	<b>GAG MELHORIAS (b)</b>	<b>CAIMI (c)</b>	<b>USO D (e)</b>	<b>USO T (e)</b>	<b>AJI (d)</b>	<b>AJUSTE ANTES ENCARGOS SETORIAIS (e)</b>	<b>TFSEE (e)</b>	<b>P&amp;D (e)</b>	<b>RAG</b>
Henry Borden.....	203.164	144.721	12.558	37.049	4.071	2.163		1.450	4.078	409.254
Porto Góes.....	4.782	4.745	297	1.086				39	110	11.059
Rasgão.....	4.033	3.987	264	1.148		331	168	35	100	10.066
	<b>211.979</b>	<b>153.453</b>	<b>13.119</b>	<b>39.283</b>	<b>4.071</b>	<b>2.494</b>	<b>168</b>	<b>1.524</b>	<b>4.288</b>	<b>430.378</b>

Fonte: REH 3.506/2025 Nota técnica nº 163/2025

## d. Risco de cobertura de déficit atuarial

Conforme informado na nota explicativa nº 15 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar a Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, denominados Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/EMAE) e o Plano de Contribuição Definida (EMAE CD).

Em função das características do PSAP/EMAEE, déficits podem ser apurados pela alteração dos parâmetros atuariais utilizados a cada reavaliação, tais como: descasamento do indexador do patrimônio de cobertura com o indexador de reajuste dos benefícios, taxa de juros real, tábua de mortalidade, inflação, entre outros. Conforme determina a regulamentação aplicável a previdência complementar, déficits apurados devem ser equacionados e, dessa forma, há o risco de elevação das despesas previdenciárias.

## 29. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

### a. Contrato de concessão

Em 4 de dezembro de 2012 a EMAEE celebrou com a União o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

### b. Contrato de autorização

A Controlada Pirapora Energia S.A. é autorizada a explorar a PCH Pirapora como Produtor Independente de Energia Elétrica, pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1429/2008, com vigência de 30/12/2014 até 02/05/2045, conforme alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

### c. Contratos de uso do sistema de transmissão e distribuição

A Companhia mantém os seguintes contratos de transmissão e distribuição:

Unidade	Tipo de conexão	Companhia
Henry Borden	Transmissão	CTEEP - Cia. De Transmissão de Energia Elétrica Paulista (SIN)
Henry Borden	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Porto Goes	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Rasgão	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica
PESA S.A	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica

Todos os contratos possuem prazo de vigência até a data de extinção da autorização ou extinção da Companhia, o que ocorrer primeiro.

### 30. ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o período findo em 31 de março de 2026 a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

	Controladora			31.03.26
	31.12.25	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	
Investimentos.....	(155.181)	-	(8.415)	(163.596)
Imobilizado.....	(74.237)	(507)	2.280	(72.464)
Intangível.....	(19.251)	(166)	244	(19.173)

	Consolidado			31.03.26
	31.12.25	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	
Imobilizado.....	(209.108)	(1.911)	3.401	(207.618)
Intangível.....	(19.251)	(166)	244	(19.173)

### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### a. OPA para ações ON por Alienação de Controle e por Aumento de Participação

Em 24 de abril de 2026, a SABESP comunicou à EMAE e ao mercado a solicitação à CVM para unificar a oferta pública de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia em virtude da alienação direta do controle acionário ("OPA por Alienação de Controle"), sob análise da CVM, com uma OPA por aumento de participação acionária nos termos do art. 4º, §6º, da Lei nº 6.404/1976 e dos arts. 42 e seguintes da Resolução CVM nº 215/2024.

O preço por ação ordinária objeto da OPA foi estabelecido em R\$ 61,83, correspondente a 100% do preço pago pela SABESP na aquisição do controle acionário da EMAE em 21 de janeiro de 2026, atualizado pela taxa SELIC desde aquela data até a data de liquidação da OPA Unificada. A elaboração de laudo de avaliação foi dispensada nos termos do art. 21, inciso I, da Resolução CVM nº 215/2024, uma vez que o preço foi determinado com base no preço da aquisição de controle. Nos termos do art. 4º-A da Lei nº 6.404/1976 e do art. 21, §1º, da Resolução CVM nº 215/2024, iniciou-se em 24 de abril de 2026 o prazo de 15 dias para requisição de convocação de assembleia geral destinada a deliberar sobre eventual elaboração de laudo de avaliação no âmbito da OPA.

## **b. Incorporação de Ações pela SABESP**

Em 24 de abril de 2026, a SABESP e a EMAE comunicaram ao mercado que suas respectivas administrações avaliarão a viabilidade de incorporação, pela SABESP, da totalidade das ações de emissão da EMAE não detidas pela SABESP, nos termos do art. 252 da Lei nº 6.404/1976. Caso aprovada pelos órgãos de administração e pelos acionistas de ambas as companhias, a EMAE será convertida em subsidiária integral da SABESP e os acionistas da EMAE receberão ações de emissão da SABESP conforme relação de troca a ser negociada por comitês independentes, nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35/2008. O objetivo da operação é a simplificação e otimização da estrutura societária, com consolidação das bases acionárias em uma única companhia.

Esses eventos não produzem efeitos contábeis nas informações financeiras intermediárias do período findo em 31 de março de 2026.